

Oficina aponta particularidades da gestão administrativa



foto: Eric Bezerra / TJMG

O presidente do TJMG, Nelson Missias de Moraes, salientou a necessidade de construir um sistema de proteção do dinheiro público

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), deu início nesta segunda-feira, 1º de abril, à oficina "Trilha de Aprendizagem do Programa de Ética e Integridade - Oficina de Autoavaliação". A iniciativa tem como objetivo alinhar o Programa de Integridade a ser adotado pelo TJMG.

Serão duas turmas formadas, em sua maioria, por gestores do órgão. No [discurso de abertura do curso](#), o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, destacou que o Tribunal mineiro, ao assumir o pioneirismo de adotar um programa de integridade na administração pública, necessita adotar uma nova cultura de gestão. "Trata-se de uma cultura associada a administrar um orçamento considerável de forma equilibrada, justa e ética", afirmou.

"Uma instituição do nosso porte não pode parar, estagnar, pois há sempre novas demandas, seja para construção de novos prédios, seja para aquisição de equipamentos e sistemas que nos permitam atingir a gestão mais atualizada possível e, assim, oferecer maior segurança e celeridade aos cidadãos", disse o presidente.

"É imprescindível construir um arcabouço de proteção ao dinheiro público, que tem de ser aplicado de modo eficaz, especialmente quando sabemos que tais recursos são limitados e é preciso obter deles o melhor rendimento possível", completou.

A tarefa dos participantes da oficina é criar balizas para a elaboração do código de integridade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

O TJMG lançou seu **pacto de integridade em setembro de 2018**, como uma das primeiras e principais iniciativas da gestão do presidente Nelson Missias de Moraes. A iniciativa, pioneira, veio com a regulamentação da Lei Anticorrupção e o compliance público (código de integridade) como mecanismo de transparência e prevenção e combate à corrupção na Justiça do Brasil.

Trilha

Representando a 2ª vice-presidente e superintendente da Ejef, a desembargadora Maria Luíza de Marilac Alvarenga Araújo destacou a importância da cultura da transparência assumida pelo TJMG.

Disse que o Tribunal de Justiça, ao incorporar em sua estrutura o pacto pela integridade, fecha as portas para os desvios de recursos e terá mais valores para investir nas áreas meio e fim. Ao final, a única beneficiária é a sociedade, afirmou.

Os instrutores, com larga experiência em aplicar o compliance, além de temas relacionados à integridade, auditoria e gestão, são os professores Thiago dos Passos e Fernanda Lana.

Thiago dos Passos indica como vantagens do Programa de Integridade para o setor público o aumento da eficiência, a preservação da integridade civil, o desenvolvimento de boas práticas de gestão, a regência com maior transparência, entre outros.

Fonte: [TJMG](#), em 01.04.2019.